



Por que as estatais não pagam suas dívidas externas

Os bancos internacionais subscritores do empréstimo-jumbo de US\$ 4,4 bilhões ao País têm prazo até 30 de setembro para indicar as empresas estatais a quem desejam repassar os recursos correspondentes às primeiras parcelas do financiamento. Até que essa designação seja feita, o Banco Central fica como depositário desses recursos, mas impossibilitado de fazer os repasses às empresas estatais.

Essa informação foi transmitida ao Tribunal de Contas da União pelo ministro do Planejamento, Delfim Neto, que retornou na madrugada de ontem de sua viagem à Paris. A informação de Delfim serviu para instruir uma investigação que o TCU está procedendo, com o objetivo de apurar quais as empresas estatais que infringiram o Decreto-Lei nº 1.928, do ano passado, o qual proíbe atrasos nos pagamentos dos compromissos externos firmados pelas empresas do governo, e sua cobertura através do Tesouro, via Aviso GB-588. Segundo o ministro do Planejamento, as empresas somente terão condições de honrar esses compromissos, a partir da efetiva liberação das duas primeiras parcelas do jumbo, que somam quase US\$ dois bilhões.

Delfim Neto chegou ao Rio às 5h45, no voo 741 da Varig. Logo que o aparelho parou, ele desceu diretamente ao pátio pela estreita escada de serviço existente no meio da passarela telescópica por onde desembarcam normalmente os passageiros. Ali, entrou num carro, em companhia de diversos assessores, seguindo até o jatinho particular que o aguardava no Aeroporto Internacional do Galeão.

Poucas horas depois, o ministro compareceu à reunião que o vice-presidente da República no exercício da Presidência, Aureliano Chaves, manteve com os chamados "ministros da casa". Também participaram do encontro os ministros-chefe dos Gabinetes Civil e Militar, respectivamente Leitão de Abreu e Rubem Ludwig, do general Danilo Venturini, secretário-executivo do Conselho de Segurança Nacional, e do chefe do Serviço Nacional de Informações, general Octávio Aguiar de Medeiros.

O porta-voz da Presidência da República, João Batista Corrêa, disse que o ministro Delfim Neto deve, obviamente, ter feito um relato de sua viagem ao Exterior e os resultados obtidos nela para a renegociação da dívida externa brasileira, especialmente das negociações empreendidas junto ao Clube de Paris.

João Batista não soube, entretanto, explicar os detalhes do relato apresentado por Delfim Neto a Aureliano Chaves, afirmando, porém, que não está prevista a entrega de nenhum documento de Aureliano ao presidente Figueiredo, que reassume o cargo amanhã. "Certamente que o vice-presidente dará conta do que aconteceu no País neste período, mas não se prevê a entrega de qualquer documento", esclareceu o porta-voz.

Estatais

O Banco Central enviou a todos os bancos subscritores do "jumbo" uma lista de 60 empresas estatais candidatas à obtenção de empréstimos à conta das duas parcelas iniciais. Desta lista fazem parte cerca de 15 empresas estaduais, inclusive a Vasp, a Eletropaulo, a Fepasa, o Metrô de São Paulo e em empresas estaduais de Minas, Sergipe, Amazonas, Maranhão, Pará, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Goiás.

Contudo, da relação constam também Itaipu, Petrobrás, Telebrás, BNDES, Siderbrás, Nuclebrás, Eletrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce. Ocorre que os bancos internacionais preferem emprestar às grandes holdings estatais, sob a alegação de que elas oferecem melhores oportunidades de negócios, e podem tornar-se clientes desses bancos, quando for superada a atual crise do estrangulamento externo, e o mercado financeiro internacional voltar a normalizar suas relações com o Brasil.

Aparentemente, pelo menos do ponto de vista da segurança, não há muita diferença entre conceder um financiamento à Petrobrás ou à Companhia de Eletricidade do Ceará, pretendente a um financiamento de US\$ 4 milhões: ambos são garantidos pelo Tesouro. Contudo, os bancos preferem como tomadores as grandes empresas, sob o argumento de que elas têm tradição no mercado.

Mais um empréstimo do Bird

O Banco Mundial anunciou ontem em Washington a concessão de um empréstimo ao Brasil de US\$ 52,7 milhões. O dinheiro será utilizado na instalação de serviços públicos e sociais em 287 pequenas cidades do Paraná, com menos de 50 mil habitantes. São obras de pavimentação de ruas, captação de águas pluviais, iluminação pública, construção de escolas, de centros de saúde, ginásios esportivos, a serem concluídas até 1987.

Pedido de ajuda à América Latina

A necessidade e a urgência de se adotar ações e medidas para ao menos atenuar a grave situação econômica da América Latina foi enfatizada ontem no documento final da IV Reunião dos Organismos de Integração e Cooperação Econômica do Continente, realizada na Guatemala.

Em três dias de discussões, foram traçadas novas estratégias nos campos financeiro e do comércio regional e mundial dos setores produtivos.